



**VISÕES EUROPEIAS SOBRE  
A AMÉRICA ENTRE O  
CONTATO E COLONIZAÇÃO**

RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

**VISÕES EUROPEIAS SOBRE A AMÉRICA  
ENTRE O CONTATO E COLONIZAÇÃO**



RAIMUNDO CARVALHO MOURA FILHO

**VISÕES EUROPEIAS SOBRE A AMÉRICA  
ENTRE O CONTATO E COLONIZAÇÃO**

1ª Edição

Quipá Editora  
2024

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M929v Moura Filho, Raimundo Carvalho  
Visões europeias sobre a América entre o contato e  
colonização / Raimundo Carvalho Moura Filho. — Iguatu, CE :  
Quipá Editora, 2024.

50 p. : il.

ISBN 978-65-5376-355-5

1. América. 2. Colonização. I. Título.

CDD 325.3

---

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em agosto de 2024

Quipá Editora  
www.quipaeditora.com.br  
@quipaeditora

## **APRESENTAÇÃO**

Este livro é o resultado de uma revisão bibliográfica centrada nos textos principais de Matthew Restall (2006), Neil Whitehead (1988), Serge Gruzinski (2003) e Hector Bruit (2004). Ele se concentra nas questões dos estereótipos sobre os nativos da América, abordando questões de fundo sem se deter excessivamente em estereótipos específicos.

O livro se debruça, ainda que brevemente, na análise das representações dos povos nativos da América ao longo do tempo. Desde o período do contato inicial entre europeus e indígenas até as narrativas contemporâneas, o livro investiga como esses estereótipos foram criados, perpetuados e contestados. O objetivo busca promover uma reflexão crítica sobre as narrativas que moldam nossa compreensão desses povos.

**Raimundo C. Moura Filho**

## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a história da América é dividida em quatro grandes períodos: a América Pré-Colonial, ou América Antiga; a América Colonial, que abrange a chegada dos europeus, a conquista e o subsequente processo de colonização; a América Independente, com foco nas independências da América Espanhola e da América Portuguesa; e, finalmente, a América Contemporânea, que se estende do século XIX até os dias de hoje. Este último período é uma epopeia repleta de avanços notáveis, como as produções literárias mais belas, mas também de retrocessos, incluindo ditaduras e a ascensão do neoliberalismo.

Nos primeiros séculos de colonização, a visão europeia sobre a América foi marcada por uma mistura de fascínio e desdém. Os relatos dos exploradores e conquistadores frequentemente retratavam o Novo Mundo como uma terra de riquezas incalculáveis e povos exóticos, cujas culturas e sociedades eram vistas através de um prisma de superioridade europeia. Essa percepção de falta ontológica dos nativos, considerados carentes de uma essência ou existência autêntica e completa, servia a diversos propósitos coloniais. Primeiramente,

justificava a intervenção europeia sob o pretexto de uma missão civilizatória e evangelizadora. Os nativos eram vistos como almas a serem salvas e mentes a serem moldadas, legitimando a dominação e a imposição cultural. Além disso, a ideia de que os nativos não possuíam uma cultura "verdadeira" permitia que os europeus ignorassem ou desconsiderassem as complexidades das sociedades indígenas, facilitando a exploração de seus recursos e territórios.

Essa categorização dos nativos como inferiores também se refletia nas práticas de ensino e integração forçada. Os europeus frequentemente subjugavam as línguas e tradições locais, impondo o idioma e os costumes europeus. Ao levar alguns nativos para a Europa, esperavam transformá-los em exemplos de sucesso da "civilização" europeia, o que poderia ser usado para justificar e promover mais esforços de colonização e evangelização.

O século XIX trouxe consigo a independência das colônias hispano-americanas, um processo impulsionado por um descontentamento generalizado entre os colonos em relação às políticas e medidas econômicas impostas pela metrópole espanhola. A disseminação de ideias liberais entre os futuros líderes dos movimentos de independência foi outro fator crucial.

Estes elementos são fundamentais para compreender as dinâmicas desse período histórico.

Neste livro, exploraremos como os primeiros séculos de colonização moldaram não apenas o continente americano, mas também a própria Europa. Analisaremos os relatos, os discursos e as políticas que revelam as percepções europeias sobre o Novo Mundo e seus habitantes. Através de uma abordagem crítica e multidisciplinar, buscaremos entender como essas visões influenciaram a história e o desenvolvimento da América, desde a colonização até os primeiros passos rumo à independência.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b>	<b>09</b>
VISÕES EUROPEIAS SOBRE A AMÉRICA	
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>18</b>
A EXPANSÃO IBÉRICA: CONQUISTA, COLONIZAÇÃO E O LEGADO DAS GRANDES NAVEGAÇÕES	
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>27</b>
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO A PARTIR DE ESTEREÓTIPOS	
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>36</b>
PROCESSOS E CONFLITOS NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>49</b>

## CAPÍTULO I

### VISÕES EUROPEIAS SOBRE A AMÉRICA

Antes do Contato, bem como de outros primeiros viajantes, lendas sobre criaturas acefalas, semi-humanas ou sub-humanas já circulavam pelo Velho Continente, tanto entre os próprios europeus quanto entre os povos indígenas das Américas. Embora os europeus não tenham encontrado tais criaturas na realidade, isso não significou que elas não existissem. Por exemplo, o genovês Colombo escreveu à sua rainha em 1493, antes do início da exploração, descrevendo o Caribe como habitado por tribos exclusivamente de mulheres, as amazonas, por canibais e por pessoas com caudas. No entanto, como ele admitiria mais tarde, com exceção da questão dos canibais, as outras descrições não foram confirmadas durante suas explorações.

Os estereótipos étnicos tiveram considerável apelo à imaginação popular. Para Neil L. Whitehead (1988, p.01-02) que estou de forma mais ampla as colônias de Venezuela e Guiana, entre 1498-1820, destacou como as populações foram

afetadas pelas pressões sociais e políticas, especialmente a partir da transição entre diferentes formas de organização social. Além de recuperar a história dos Caribes, aborda questões como canibalismo, captura de escravos e a aliança pró-holandesa. Argumenta-se que muitas acusações de canibalismo eram propaganda imperial para justificar a escravização dos Caribes, embora algumas práticas rituais de canibalismo possam ter ocorrido. A aliança entre os Caribes e os holandeses foi importante para manter a influência Caribe, mas acabou beneficiando mais os holandeses. Com a diminuição da importância econômica do comércio de produtos florestais e o avanço das missões espanholas, a situação dos Caribes se deteriorou, levando à sua marginalização atual.

Os estereótipos, que levou a associação dos nativos da América aos "os vikings" serviu como uma imagem potente nas tentativas de desarticulação das populações nativas. No final do século XVII, os espanhóis ainda relatavam a aparição de armadas caribenhas, às vezes com mais de cem canoas, no Orinoco. Da mesma forma, os holandeses, em uma época em que um punhado de homens poderia decidir o destino de uma colônia, estavam plenamente convencidos de que os caribenhas

desempenhavam um papel estratégico vital na defesa de seus enclaves contra a invasão espanhola.

Essa situação parece pouco crível em vista da atual condição dos ameríndios em Guayana. Portanto, é necessário examinar criticamente os registros históricos para fornecer uma narrativa e análise do destino das populações caribenhas durante o período de transição, que foi praticamente concluído nos territórios espanhóis no final do século XVIII. As diversas pressões sociais exercidas sobre os grupos Caribenhos em Guayana, particularmente na Bacia do Orinoco, esclarecem as origens de sua situação atual. A evolução da sociedade Caribenhas passou por três estágios: aldeias como parte de alianças políticas, aldeias isoladas e aldeias como parte de um estado nacional, destacando a transição entre esses estágios.

Além disso, várias questões históricas específicas são comumente associadas aos caribenhos: canibalismo, captura de escravos e a operação de uma aliança anti-espanhola e pró-holandesa. O processo histórico que desaculturou os Caribes nas Guianas e no Caribe também criou um estereótipo étnico vívido que apelou à imaginação popular. Este estereótipo, expresso ao descrever os Caribes como "os vikings canibais do Oeste", permanece uma imagem potente o suficiente para ter

significância sociológica hoje. Muitos relatos espanhóis sensacionalistas retratam esses grupos como sanguinários, selvagens e cruéis comedores de carne humana, em contraste com os supostamente pacíficos Arawaks.

Muitas dessas alegações de canibalismo foram aceitas acriticamente e devem ser compreendidas como propaganda imperial usada para justificar a escravização dos caribenhos, já que os ameríndios considerados canibais estavam sujeitos à escravidão arbitrária. No entanto, nem todas essas acusações podem ser descartadas, pois há também evidências de fontes não espanholas sobre a tomada de troféus humanos e o canibalismo ritual de prisioneiros de guerra entre os Caribes e outros grupos ameríndios. A importância da escravidão Carib na área de Guayana deve ser julgada no contexto do envolvimento de muitos outros grupos ameríndios, pois a presença europeia mudou a natureza das relações intertribais, intensificando as incursões ameríndias para ganho econômico e político. Os próprios grupos caribenhos foram desestabilizados por esse processo, devido às diferenças críticas entre as noções indígenas e europeias de escravidão. Os ameríndios integravam seus cativos na rede de parentesco, enquanto os europeus tratavam seus escravos como mercadorias.

A aliança holandesa com os Caribes, nascida da importância estratégica das populações do Caribe para os holandeses nessa área, foi crucial para sustentar e aumentar a influência caribenha na Bacia do Orinoco e, por extensão, a dos próprios holandeses. Isso foi alcançado através do comércio de manufaturas europeias, especialmente ferramentas de metal, entre os ameríndios do interior. No entanto, essa aliança acabou beneficiando apenas os holandeses, limitando sua operação quando a importância econômica do comércio de produtos florestais declinou e os missionários espanhóis avançaram para o coração dos territórios tradicionais caribenhos (Whitehead, 1988).

À medida que os contatos entre europeus e nativos se intensificavam, as lendas, especialmente aquelas mais fantásticas que alimentavam uma imaginação agora confrontada pela realidade, tornavam-se menos frequentes. Por outro lado, o imaginário europeu estava imbuído e era estimulado pelas imagens de criaturas que existiriam em lugares remotos, tanto na terra quanto no mar, e que se encontravam entre os animais e os seres humanos. Enquadrados nessa categoria intermediária, os nativos eram descritos com uma pretensa falta ontológica: não possuíam cultura nem os atributos da comunidade humana. Essa

visão dos nativos como desprovidos de civilização e cultura, curiosamente, era vista como uma vantagem para a evangelização, já que supostamente não possuíam uma religião estabelecida. Com uma língua primitiva, os nativos também precisariam aprender a falar "corretamente", e por isso, alguns foram levados para o Velho Continente, onde seriam "inscritos" na civilização como tábulas rasas.

Essa percepção de falta ontológica dos nativos servia a diversos propósitos coloniais. Primeiramente, justificava a intervenção europeia sob o pretexto de uma missão civilizatória e evangelizadora. Os nativos eram vistos como almas a serem salvas e mentes a serem moldadas, o que legitimava a dominação e a imposição cultural. Além disso, a ideia de que os nativos não possuíam uma cultura "verdadeira" permitia que os europeus ignorassem ou desconsiderassem as complexidades das sociedades indígenas, facilitando a exploração de seus recursos e territórios.

Essa categorização dos nativos como inferiores também se refletia nas práticas de ensino e integração forçada. Os europeus frequentemente subjugavam as línguas e tradições locais, impondo o idioma e os costumes europeus. Ao levar alguns nativos para a Europa, esperavam transformá-los em

exemplos de sucesso da "civilização" europeia, o que poderia ser usado para justificar e promover mais esforços de colonização e evangelização.

Portanto, a interação entre europeus e nativos foi marcada por uma complexa mistura de curiosidade, dominação e evangelização. As representações e percepções dos europeus sobre os nativos não apenas moldaram as políticas coloniais, mas também influenciaram profundamente a maneira como essas culturas eram vistas e tratadas. O processo de civilização forçada teve efeitos duradouros, tanto nas sociedades indígenas quanto nas europeias, perpetuando estereótipos e desigualdades que ecoam até os dias atuais.

A tentativa de acomodar as populações indígenas encontrou em modelos icônicos conhecidos na Europa um terreno fértil para desenvolvimento. Foi assim que, ainda no final do século XV, a "Carta a Santángel", que Colombo destinou a Castela e Aragão em 1493, apesar de não conter ilustrações sobre as populações humanas, a fauna ou a flora, inspirou a inclusão de tais elementos nas edições subsequentes dos textos baseados em seu conteúdo escrito. Essas imagens foram adicionadas para permitir ao leitor transferir a experiência textual para uma visão mais concreta (Zumtor, 1993).

A edição "De Insulis Inventis", uma versão ilustrada da carta de Colombo, continha xilogravuras que recriavam elementos da flora e representavam os nativos com os quais o genovês entrou em contato. É preciso notar, por outro lado, que essas representações partiam da interpretação de seus editores, apresentando aos leitores visões e detalhes que o almirante não havia descrito. Isso mostra como a imaginação europeia se misturava com os relatos de viagens para preencher lacunas deixadas pelos exploradores.

Essas representações iconográficas não apenas ajudaram a visualizar o novo mundo, mas também moldaram a percepção europeia sobre as populações indígenas e suas culturas. Muitas vezes, essas imagens eram mais fantasiosas do que realistas, refletindo os preconceitos e as expectativas dos europeus sobre o desconhecido. Dessa forma, a comunicação visual desempenhou um papel crucial na formação do entendimento europeu sobre as Américas.

Além disso, a inclusão de imagens nas edições da carta de Colombo tinha um propósito político e econômico. Elas serviam para justificar a colonização e a exploração das novas terras, apresentando-as como exóticas e ricas em recursos. As ilustrações ajudavam a criar um senso de urgência e

oportunidade entre os potenciais investidores e patrocinadores das expedições.

Portanto, a representação das populações indígenas e da natureza americana nas edições ilustradas da carta de Colombo foi uma ferramenta poderosa de persuasão, influenciando tanto a imaginação popular quanto as decisões políticas e econômicas da época. Essa prática de usar a iconografia para moldar percepções continuou a evoluir, deixando um impacto duradouro na história da exploração e colonização.

## **CAPÍTULO II**

### **A EXPANSÃO IBÉRICA: CONQUISTA, COLONIZAÇÃO E O LEGADO DAS GRANDES NAVEGAÇÕES**

A conquista e a colonização são intrinsecamente ligadas, uma vez que a colonização é essencial para a conversão dos povos. Essa filosofia fundamentava as iniciativas ultramarinas, embora o sucesso não fosse garantido e sempre envolvesse grande esforço.

A Reconquista, que foi a expansão dos reinos cristãos para o sul em regiões dominadas pelos mouros, ampliou os limites da fé e estabeleceu um modelo de colonização que envolvia a conquista, o saque e a pilhagem. Esses atos eram realizados em serviço do rei, com o desejo de conquistar honras e terras. Com a expansão interna alcançando seus limites, a busca por novas fronteiras levou os ibéricos a se aventurarem além-mar. Esse movimento expansionista refletia tanto aspirações específicas da Península Ibérica quanto objetivos europeus mais amplos no final da Idade Média.

A posição geográfica da Península Ibérica, próxima à África e com uma extensa costa atlântica, favoreceu sua liderança na expansão para o oeste, especialmente em um momento em que as fronteiras orientais da Europa estavam bloqueadas. Ao longo dessa costa, a combinação de experiências acumuladas no norte e no Mediterrâneo criou uma geração de marinheiros habilidosos, capazes de promover e utilizar avanços na construção naval e nas técnicas de navegação. As exigências das viagens atlânticas levaram ao aperfeiçoamento das caravelas e das técnicas de navegação. Navegando em águas desconhecidas e sem avistar terra, os marinheiros portugueses abandonaram as antigas práticas de navegação estimada, passando a utilizar os astros para medir distâncias e determinar a latitude. Instrumentos como o astrolábio e o quadrante, utilizados pelos astrônomos em terra, foram adaptados e melhorados para atender às necessidades dos navegadores atlânticos.

Sevilha tornou-se um ponto de atração para colonos do interior da Península Ibérica e comerciantes do Mediterrâneo. No século XV, genoveses estabeleceram-se em Lisboa e Sevilha, vendo novas oportunidades de negócios em um momento em que suas atividades no Levante eram restringidas

pelo avanço dos turcos. Eles participaram com capital nos empreendimentos ultramarinos. Portugal, por sua vez, possuía uma forte comunidade mercantil, que apoiou a ascensão da Casa de Avis ao trono. No entanto, as aventuras ultramarinas de Portugal no século XV também foram motivadas por outros interesses, muitas vezes contraditórios. A nobreza, afetada pela desvalorização da moeda que reduzia o valor de suas rendas fixas, buscava no ultramar novas terras e fontes de riqueza, além da perpetuação do nome e da busca por aventura. Assim, o movimento ultramarino da Península Ibérica no final da Idade Média foi um reflexo de um conjunto complexo de fatores, combinando ambições locais e tendências europeias mais amplas, resultando no início da era das grandes navegações e da colonização das novas terras descobertas.

John Fisher, no seu estudo "The Economic Aspects of Spanish Imperialism in America", analisa as relações econômicas entre a Espanha e a América Espanhola durante o período colonial, destacando que a busca por ouro foi o principal motor da expansão espanhola. O sistema comercial do século XVI, criado para regular o comércio transatlântico, conseguiu proteger o envio de tesouros. No entanto, suas características restritivas levaram os colonos espanhóis na

América a recorrerem ao contrabando para obter bens manufaturados e novos mercados para seus produtos. Durante mais de dois séculos, a preocupação oficial em enviar o máximo possível de ouro e prata para a Espanha resultou em inflação e declínio industrial na península. Esse foco também impediu o desenvolvimento da América como exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas.

Apesar dos problemas do sistema comercial dos Habsburgos serem amplamente discutidos na Espanha no início do século XVIII, foi somente na década de 1760 que tentativas sérias de reforma foram implementadas. As reformas introduzidas durante o reinado de Carlos III (1759–1788) estimularam um rápido crescimento econômico tanto na Espanha quanto na América. No entanto, esses benefícios foram minados pelo envolvimento da Espanha em conflitos internacionais a partir de 1796, culminando no colapso da monarquia em 1808.

Durante as Guerras de Independência na América Espanhola, as aspirações e queixas econômicas impulsionaram os criollos a buscar a separação da Espanha. Entretanto, a transição para a independência foi destrutiva, arruinando a prosperidade alcançada no final do período Bourbon e deixando

as repúblicas emergentes falidas e economicamente decadentes, prontas para a dominação por interesses econômicos britânicos e norte-americanos.

A visão negativa de incompetência e subdesenvolvimento foi articulada pela primeira vez em meados do século XVIII dentro dos círculos governamentais em Madrid. Estadistas estavam convencidos de que o declínio da Espanha como potência internacional desde o século XVI era resultado da má gestão dos recursos na América. José del Campillo y Cossio, em seu "Nuevo sistema de gobierno para la América" (1743), criticou duramente a estrutura econômica imperial criada no século XVI, destacando dois principais problemas: a insistência na importância absoluta dos metais preciosos e a imposição de uma estrutura comercial restritiva. Segundo Campillo, a falha em desenvolver o potencial agrícola da América e em proteger a indústria espanhola significava que a riqueza extraída da América beneficiava outras nações.

Vários escritores do século XVII, incluindo Juan de Castro, Eugenio Carnero, Francisco Martínez de Mata e Luis Cerdeño de Monzón, criticaram o sistema comercial imperial e defenderam a liberalização. Pedro Rodríguez de Campomanes, um crítico proeminente, argumentava que o ouro e a prata eram

improdutivos e que o potencial agrícola da região deveria ser explorado. Comparando com outras nações, os espanhóis falharam em reconhecer a importância dos recursos naturais além dos metais preciosos. Ao contrário dos britânicos na América do Norte, que construíram prosperidade com a produção agrícola, os espanhóis focaram-se nos metais, deixando o potencial agrícola subutilizado.

Assim, a conquista e a colonização da América pelas potências ibéricas foram impulsionadas por uma combinação de fatores religiosos, políticos, econômicos e culturais. No entanto, a obsessão com os metais preciosos e as políticas econômicas restritivas acabaram por inibir o desenvolvimento das colônias e da própria Espanha, resultando em um legado de subdesenvolvimento e dependência econômica que marcou o período colonial e suas consequências subsequentes.

De fato, nos primeiros momentos de contato, as populações caribenhas com as quais Colombo entrou em contato eram eminentemente seminômades, subsistindo da caça e da agricultura. Comparadas com as sociedades da Mesoamérica, onde hoje é a maior parte do México, suas comunidades eram menores e sua estrutura social, menos complexa. Assim, nesse período inicial, prevalecia a ideia de que eram, afinal, não-

sociedades. Em uma carta, Américo Vespúcio observou que os nativos "desconhecem a propriedade; em vez disso, todas as coisas são mantidas em comunidade" (Matthew, 2006, p. 186). Tendo como parâmetro o próprio sistema social de que era promotor, assinalou ainda que essas populações viviam sem rei, cada um sendo o seu próprio senhor.

Encarada inicialmente como uma certa inocência, prevalecia a ideia do bom selvagem que Rousseau depois levaria a novos patamares mais sofisticados, dentro de um programa mais geral de reorganização social da Europa. Os nativos viviam numa espécie de anarquia social. Sobretudo, seguiam ainda o estado de dependência recíproca para com a natureza, tal como Adão e Eva. À consequente vulnerabilidade salientada por Matthew (2006), poderíamos acrescentar a visão de que, fora do eixo eurocêntrico, todas as populações viviam numa espécie de infância civilizacional. Era preciso, em efeito, levá-las a níveis mais sofisticados de cultura, capazes de inseri-las no movimento universal para o qual, acreditava-se, a humanidade marchava inequivocadamente:

Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que de depressa se fariam cristãos; me pareceu que

não tinham nenhuma religião. Eu, comprazendo a Nosso Senhor, levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles para Vossas Majestades, para que aprendam a falar. Não vi nesta ilha nenhum animal de espécie alguma, a não ser papagaios (Colombo, p.45).

Nesta passagem, Colombo expressa a sua percepção dos nativos como pessoas facilmente assimiláveis e educáveis dentro dos parâmetros europeus. Ele observa que os nativos são bons aprendizes, o que, em sua visão, os torna aptos a se tornarem cristãos rapidamente.

A ideia de que os nativos não tinham religião organizada, segundo Colombo, reforça a visão eurocêntrica de que essas populações estavam em um estado de atraso civilizacional, necessitando da intervenção europeia para serem 'salvas' e civilizadas. O almirante também menciona a intenção de levar alguns nativos para a Espanha, para que aprendessem a língua e fossem apresentados aos reis.

Como foi discutido em páginas acima, essa intenção ilustra a prática comum da época de levar nativos para a Europa, tanto como curiosidades exóticas quanto como prova do sucesso das expedições. Além do mais, a observação de que não viu outros animais além de papagaios pode indicar uma surpresa

com a fauna local, que contrastava com as expectativas europeias, uma ausência que foi preenchida pelos editores a partir das xilogravuras. Em resumo, a passagem reflete uma visão colonizadora típica da época, que via os nativos como materiais humanos moldáveis para os propósitos europeus, subestimando suas culturas e estruturas sociais complexas a partir da compreensão de que seriam tabulas rasas e naturalmente inocentes.

### **CAPÍTULO III**

## **O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO A PARTIR DE ESTEREÓTIPOS**

Diante da rica diversidade sociocultural das comunidades indígenas, que incluía expressões artísticas, locais sagrados e rituais religiosos, os missionários europeus perceberam a necessidade de uma abordagem mais ampla do que simplesmente ensinar o cristianismo. Eles compreenderam que era essencial conhecer a cultura e a língua desses povos. Um exemplo notável dessa percepção pode ser encontrado na obra "Historia de las Indias de Nueva España y Islas de la Tierra Firme" (1581), do dominicano Diego Durán, que dedicou esforços ao estudo da língua náhuatl e à narrativa da religião dos habitantes da região. Seu objetivo era distinguir a idolatria das crenças católicas, uma distinção que ele sentia que os padres não estavam fazendo. Devido à falta de compreensão da religião nativa, os padres muitas vezes não percebiam a frequência com que os indígenas praticavam seus próprios rituais.

Outro exemplo é o franciscano Diego de Landa, que liderou a destruição de parte da cultura material dos maias, incluindo códices e imagens, durante sua missão em Yucatán. Posteriormente, ele se dedicou a registrar aspectos da cultura da região em seu livro "Relación de las cosas de Yucatán", que ainda hoje é considerado a principal fonte colonial sobre os maias. Esses esforços mostram uma tentativa dos missionários de compreender e documentar as culturas indígenas, reconhecendo a importância de conhecer e respeitar suas tradições e práticas religiosas.

A concepção paternalista sobre os indígenas estava, inclusive, na raiz dos projetos de comunidades cristãs utópicas lideradas por europeus. Embora o senso humanístico buscasse reprimir a violência e a escravização das populações nativas, tais comunidades estavam inseridas dentro do quadro mais amplo da colonização dos espíritos. Aos indígenas, cabia apenas o papel de discípulos, jamais o de mestres. Entendidos como possuindo uma maleabilidade natural, acreditavam os colonizadores que a catequização funcionaria bem. No entanto, ela só era eficaz quando coincidia com o universo, a cosmovisão e as práticas nativas; do contrário, enfrentava uma forte resistência.

Foi, assim, a partir dessa resistência que, ao longo do processo colonizador, a imagem dos nativos foi-se transformando de inocentes para intrinsecamente perversos, fugidios e avessos às intenções civilizacionais. Nesse novo extremo, ou seja, de perversos em vez de inocentes, os nativos eram culpabilizados pelo choque cultural, sendo considerados instáveis, desobedientes e incapazes de aprender. Essas visões contribuíram para a justificativa da Conquista, pois combater os pagãos pela violência e pelo terror era visto como um tributo a Deus.

**Imagem 01:** *Nova reperta*, de Straet, (1523-1605).



Fonte: Newberry Library, 1580-1600.

Matthew (2006) destaca que a ilustração de Straet desencadeou uma série de representações sobre a América e seus habitantes. Enquanto a imagem não apresenta sinais de assentamentos permanentes, sugerindo que os nativos eram desprovidos de cultura, essa ausência de vestimenta reforça essa percepção. Vespúcio, por outro lado, aparece bem vestido, ao lado de seu navio moderno, representando o homem civilizado. Além disso, gostaria de adicionar outro elemento: o que parece ser uma rede, um item doméstico comum ainda hoje na América Latina. Esse objeto parece estar sendo utilizado pelo nativo no momento do contato, o que sugere que, na visão dos europeus, os nativos viviam em um estado de eterno descanso, predispostos à ociosidade. Considerados preguiçosos, eles necessitavam da tutela europeia para mudar seu estilo de vida por meio de uma nova concepção de trabalho.

Os quatro elementos que, como aponta Mund Sabine (2001), teriam constituído os traços principais dos astecas, e consequentemente levado à sua conquista, segundo Bernal Díaz, são: o canibalismo, a sodomia, os sacrifícios humanos e o furto. Ambos, encontram paralelos nos estereótipos dos nativos como carentes de cultura, inocentes ou maléficos. Essas representações generalizadas serviram para justificar a

dominação e a exploração colonial, perpetuando a visão eurocêntrica de superioridade e civilização sobre os povos indígenas das Américas.

Ao fundo, destaca-se a representação da prática do canibalismo, que contribui para reforçar a imagem dos nativos como seres perversos, personificando o outro extremo dos estereótipos atribuídos a eles. No processo de colonização, a acusação de canibalismo, considerada pelos espanhóis como uma manifestação extrema de barbárie, tornou-se um elemento justificador para a exploração e colonização das terras selvagens e perigosas. Ao serem animalizados, qualquer reação dos nativos à colonização europeia era interpretada dentro do quadro das visões estereotipadas que haviam sido delineadas no momento do contato inicial.

A incorporação do canibalismo como parte dos estereótipos sobre os nativos das Américas teve um papel significativo na justificação da colonização europeia. Considerada uma prática bárbara e selvagem, o canibalismo foi empregado pelos colonizadores como uma narrativa para legitimar a intervenção e a conquista dos territórios habitados pelos povos indígenas. Essa representação servia para retratar os nativos como inerentemente perigosos e subumanos,

justificando assim a imposição da hegemonia europeia sobre eles.

Além do canibalismo, outros estereótipos foram alimentados e propagados pelos colonizadores para demonizar os povos indígenas e legitimar sua subjugação. A ideia de que os nativos eram selvagens, ignorantes e primitivos, incapazes de governar a si mesmos, permeava o discurso colonial. Essa visão eurocêntrica servia para desumanizar os povos nativos e justificar a dominação colonial como um "fardo civilizacional" imposto pelos europeus.

A construção desses estereótipos não apenas influenciou as políticas coloniais, mas também moldou as interações entre colonizadores e colonizados. Os nativos eram frequentemente retratados como obstáculos ao progresso e à civilização, e qualquer resistência à colonização era interpretada como prova de sua inferioridade e selvageria. Essa narrativa servia para legitimar a violência e a exploração perpetradas pelos colonizadores, que se viam como os portadores da civilização e da ordem em meio à suposta barbárie e caos dos povos indígenas.

Assim, os estereótipos sobre os nativos das Américas desempenharam um papel central na justificação ideológica da

colonização europeia, fornecendo uma narrativa que legitimava a exploração, a violência e a dominação colonial. Essas representações distorcidas não apenas perpetuaram a desigualdade e a injustiça, mas também moldaram as relações entre colonizadores e colonizados por séculos, deixando um legado de opressão e marginalização que perdura até os dias atuais.

Entendendo a visão paternalista europeia como uma forma de justificar e perpetuar a dominação colonial, é importante destacar que essa mentalidade se baseava em uma suposta superioridade cultural e moral dos colonizadores sobre os povos nativos. Dentro desse contexto, as comunidades cristãs utópicas eram concebidas como espaços de civilização e conversão religiosa, onde os nativos deveriam se submeter e assimilar os valores europeus sob a tutela benevolente dos colonizadores. Esses projetos, embora promovessem a catequização e a assimilação cultural, muitas vezes ignoravam e suprimiam as tradições e crenças dos povos indígenas, consideradas como obstáculos ao avanço da cristianização e da civilização.

O encontro entre os colonizadores europeus e as populações nativas frequentemente resultava em choques

culturais e conflitos de entendimento. Os colonizadores, em sua perspectiva eurocêntrica, viam os indígenas como seres a serem moldados e civilizados à imagem e semelhança dos europeus, enquanto os nativos resistiam à imposição de uma nova ordem social e religiosa que ameaçava suas tradições e modos de vida. Essa resistência, muitas vezes interpretada como rebeldia e insubordinação, reforçava a percepção dos nativos como intrinsecamente perversos e incapazes de se adaptar à civilização europeia.

À medida que o processo de colonização avançava e os interesses econômicos e territoriais dos colonizadores se intensificavam, a justificativa ideológica para a exploração e subjugação dos povos nativos se tornava cada vez mais necessária. A representação dos indígenas como bárbaros e selvagens, inaptos para governar a si mesmos e necessitados da orientação e proteção dos colonizadores, servia como um argumento moral para a expansão colonial e a dominação territorial.

Em última análise, a visão paternalista sobre os indígenas refletia não apenas uma mentalidade colonialista, mas também uma tentativa de legitimar a exploração e a opressão em nome da civilização e da evangelização. Essa narrativa, embora

contestada por vozes dissidentes dentro e fora do contexto colonial, permaneceu arraigada na mentalidade eurocêntrica por séculos, moldando as relações entre colonizadores e colonizados e deixando um legado de desigualdade e injustiça.

## CAPÍTULO IV

### **PROCESSOS E CONFLITOS NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA**

É essencial destacar que o processo de formação dos Estados nacionais latino-americanos foi marcado por uma diversidade de trajetórias e complexidades, refletindo a tentativa de construir uma narrativa histórica coesa para a região. Cada país teve sua particularidade, especialmente a partir das emancipações, e a tentativa de generalizar esse processo pode simplificar demais a rica história de cada nação. Neste capítulo, focaremos em dois casos emblemáticos: México e Argentina, que representam projetos de governo distintos. No México, a guerra civil foi entre liberais, que defendiam a República e a separação Igreja-Estado, e conservadores, que apoiavam a Monarquia e os privilégios eclesiásticos. O Estado mexicano consolidou-se efetivamente apenas após 1850. Na Argentina, os conflitos se deram entre federalistas, que queriam autonomia provincial, e unitários, que buscavam um governo centralizado.

A instabilidade política fez com que o Estado argentino só se firmasse em 1862.

A formação dos Estados hispano-americanos após as independências foi um processo complexo, marcado por instabilidades políticas e econômicas, mas também por projetos de futuro. Após a independência política da Espanha, foi necessário construir novos Estados, montar uma estrutura administrativa e delimitar fronteiras que unissem o povo em torno de uma identidade comum. Assim, enquanto as fronteiras territoriais eram estabelecidas e o regime político definido, o vínculo de nação precisava ser construído.

A internacionalização do modo de produção capitalista está profundamente enraizada no fenômeno da formação dos Estados nacionais na América Latina. Espanha e Portugal estavam aquém do desenvolvimento capitalista em sua fase industrial, especialmente em comparação com nações como Inglaterra e França. A elite colonial, ou aristocracia crioula, já driblava o exclusivismo comercial espanhol através do contrabando. O liberalismo econômico e o modelo de independência americano, inspirados pelos criollos, confrontavam os princípios do absolutismo monárquico, especialmente após o retorno de Fernando VII ao trono

espanhol, que levou às guerras civis entre 1810 e 1825, destruindo grande parte da estrutura econômica colonial. Claudia Wasserman (2003) destaca que a formação de novos Estados resultou de dois processos interligados: a violência militar que estabelecia novos ordenamentos políticos e as transformações globais das relações sociais de produção, que relegavam as antigas metrópoles ao declínio.

Embora partes de um mesmo processo, a constituição e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos podem ser separadas para fins de exposição. Para a elite crioula, as ideias de independência tinham um caráter pré-nacional. A ideia de nação tinha pouco significado para a maioria da população e para os proprietários de terras, cujo poder político era local e regional. Durante as guerras pela emancipação, defendiam seus interesses contra a elite peninsular e buscavam evitar revoltas nativas. Assim, os países latino-americanos não se formaram a partir de sentimentos nacionalistas preexistentes, mas mantiveram os limites coloniais, estabelecidos pelo alto. A ausência de um elemento aglutinador ou identidade nacional complicava a formação dos novos Estados, que combinavam instituições coloniais com fórmulas políticas emprestadas.

Os debates sobre o regime político a ser adotado pelos países recém-independentes foram duradouros. A defesa de monarquias constitucionais visava, por um lado, acabar com desordens internas e, por outro, obter reconhecimento diplomático mais rapidamente. Em 1816, no Congresso de Tucumán, na Argentina, Manuel Belgrano defendeu a fórmula monárquica, e no México, Lucas Alamán influenciou a ideia de uma monarquia constitucional. A oposição às estruturas políticas centralizadas levou à adoção de sistemas federalistas.

A partir de 1820, começou-se a discutir a centralização do poder. Forças conservadoras viam na centralização uma maneira de enfrentar resistências provinciais e facilitar o reconhecimento diplomático, a obtenção de empréstimos e a confiança dos países europeus. A centralização também era vista como uma forma de combater a anarquia associada às dificuldades econômicas e à instabilidade política e social.

A partir de 1850, o desenvolvimento acelerado do setor primário-exportador e a recuperação econômica europeia reativaram a demanda por produtos primários, criando um cenário propício à ascensão de ideias liberais e reformistas. O caso do México ilustra o conservadorismo no processo formativo, enquanto a Argentina exemplifica o viés liberal.

No México, a classe dominante dividia-se entre liberais, que defendiam a descentralização política e o federalismo, e conservadores, que apoiavam o centralismo político e mantinham relações com o consulado britânico. Os conservadores resistiam à integração de grupos excluídos e às reformas que reduziriam os privilégios da Igreja e promoveriam o desenvolvimento industrial. Após o golpe de 1834 e a Constituição de 1836, que centralizava o poder e restringia o voto aos ricos, o México perdeu territórios para os EUA. Somente em 1856 os liberais chegaram ao poder, iniciando reformas que consolidariam o Estado nacional mexicano e promoveriam a extensão do modo de produção capitalista.

Na Argentina, lutas intestinas marcaram a formação do Estado nacional, com a emergência dos caudilhos. As derrotas territoriais sofridas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata reforçaram o insucesso da luta pela unificação e a vitória das forças federalistas, fortalecendo os caudilhos interessados em manter a produção artesanal prejudicada pela importação de manufaturados europeus.

A formação dos Estados nacionais na América Latina foi um processo multifacetado, influenciado por uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais. Embora

compartilhando algumas características comuns, cada país teve seu percurso único, refletindo as complexidades e desafios enfrentados na construção de novas nações independentes.

A formação dos Estados nacionais hispano-americanos no século XIX foi um processo difícil e violento (Santos, 2024). Embora a vitória militar sobre os espanhóis na década de 1820 tenha sido alcançada, isso não resolveu completamente os problemas de delimitação dos novos territórios independentes e da legitimidade das novas formas de governo. Durante várias décadas, a historiografia nacionalista dos diversos países da região minimizou esses problemas, sugerindo que a identidade nacional já estava bem definida no final do período colonial. Por exemplo, o historiador argentino Ricardo Rojas, em seu livro “Blasón de plata” (1910), escreveu que ‘índios, negros, cholos, gaúchos e mulatos, todos marcharam com o criollo burguês contra a oligarquia exótica – fundidos em multidão, fundidos em exército, fundidos em povo, fundidos em nação, pelo fogo sagrado do indianismo’. No entanto, revisões historiográficas recentes mostram que a ideia de ‘nação’ ainda estava em construção durante o próprio processo de independência, e as concepções de identidade eram muito mais diversas do que sugere a unanimidade apresentada por Rojas (Santos, 2024).

A organização política do império espanhol sempre foi marcada pela pluralidade (Santos, 2024). Desde suas origens, sua estrutura foi construída com base na teoria política do pactismo, segundo a qual cada reino constitutivo do império participava de um acordo de obediência ao soberano de Castela. Teoricamente, os territórios americanos também faziam parte desse pacto. Com a crise gerada pela prisão de Fernando VII pelas tropas napoleônicas, os governos municipais na América argumentaram que, na ausência efetiva do governo monárquico, a soberania política retornava aos pactuantes enquanto o rei estivesse prisioneiro. Este foi o primeiro passo para as declarações de autonomia. As crises seguintes tornaram a ruptura definitiva. No entanto, esse movimento também expôs um problema que se estenderia por várias décadas: na ausência do soberano espanhol, a legitimidade política fragmentava-se indefinidamente, permitindo que cada cidade pudesse se declarar como um corpo político soberano. Este cenário abriu caminho para a disseminação da guerra entre cidades e províncias, que atravessou as lutas de independência e continuou após seu fim (Santos, 2024).

O conflito generalizado da primeira metade do século XIX, e em alguns países da segunda metade, revela as várias

limitações práticas para a construção dos Estados nacionais no período (Santos, 2024). Havia uma falta de tropas regulares, formação de rivalidades políticas regionais ou partidárias transmitidas de geração em geração, resistência de práticas e estruturas corporativas, especialmente clericais e militares, fraqueza fiscal dos Estados em formação, falta de acesso aos territórios mais isolados, baixa institucionalização das práticas políticas, apesar da proliferação de cartas constitucionais, limitada incorporação política das populações indígenas e falta de autoridade política amplamente aceita. Todas essas barreiras práticas estimularam debates sobre as formas de organização política formal que pudessem conter a tendência conflituosa iniciada na independência. Diversas formas de Federação e Confederação foram discutidas no período (Santos, 2024). Os modelos confederados, que defendiam ampla autonomia local, foram propostos com mais ênfase nos primeiros anos de independência, atendendo frequentemente às demandas das cidades e províncias menores, intimidadas pela força das cidades dominantes em cada região, como Buenos Aires e Caracas. Na região do Rio da Prata, por exemplo, os delegados provinciais nas assembleias muitas vezes eram enviados mais

como representantes de um Estado soberano do que como membros de uma mesma nação (Santos, 2024).

Esse sistema evidenciava a fragilidade das expectativas de construção de Estados nacionais unificados sob um governo central (Santos, 2024). Projetos federalistas, que reforçavam a centralização do Estado e a formulação de cartas constitucionais federais, eram constantemente denunciados como um plano de domínio das grandes cidades, gerando resistência provincial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de falta ontológica dos nativos servia a diversos propósitos coloniais. Primeiramente, justificava a intervenção europeia sob o pretexto de uma missão civilizatória e evangelizadora. Os nativos eram vistos como almas a serem salvas e mentes a serem moldadas, legitimando a dominação e a imposição cultural. Além disso, a ideia de que os nativos não possuíam uma cultura "verdadeira" permitia que os europeus ignorassem ou desconsiderassem as complexidades das sociedades indígenas, facilitando a exploração de seus recursos e territórios. Essa categorização dos nativos como inferiores também se refletia nas práticas de ensino e integração forçada.

Os europeus frequentemente subjugavam as línguas e tradições locais, impondo o idioma e os costumes europeus. Ao levar alguns nativos para a Europa, esperavam transformá-los em exemplos de sucesso da "civilização" europeia, o que poderia ser usado para justificar e promover mais esforços de colonização e evangelização. Assim, essa percepção não apenas legitimava a dominação, mas também facilitava a exploração e a imposição cultural, consolidando a hegemonia europeia sobre as sociedades indígenas.

No contexto das nações independentes da América Latina, há um consenso entre os estudiosos de que as elites sempre buscaram excluir os grupos populares dos processos decisórios políticos. Segundo Levine (2018), as elites latino-americanas, desde a independência, estabeleceram mecanismos de controle social e político que restringiam a participação dos setores populares. Esses mecanismos variavam desde a imposição de critérios censitários para o voto até a repressão direta de movimentos populares que buscavam maior inclusão. O resultado foi uma democracia restrita e excludente, onde apenas uma pequena parcela da população detinha o poder de influenciar as decisões políticas.

Essa exclusão sistemática dos grupos populares teve consequências profundas para a estrutura social e econômica da região. Skidmore (2010) destaca que a manutenção do poder nas mãos de uma elite privilegiada perpetuou um sistema de desigualdade que limitava a mobilidade social e econômica. A concentração de terras e riquezas em poucas mãos criou um ambiente de dependência econômica, onde a maioria da população rural trabalhava em condições de quase servidão. As cidades também refletiam essa disparidade, com um crescimento

urbano desordenado que resultou em vastas áreas de favelas e pobreza extrema.

Além das barreiras econômicas, havia também obstáculos culturais e educacionais que dificultavam a inclusão dos grupos populares. Bethell (2008) argumenta que as elites cultivavam uma cultura de exclusão, promovendo valores e normas que marginalizavam os grupos populares e sua participação na vida cívica. A educação, por exemplo, era um privilégio reservado às classes mais altas, enquanto a maioria da população tinha acesso limitado à instrução formal. Esse déficit educacional contribuía para a perpetuação da desigualdade e a incapacidade dos grupos populares de reivindicarem seus direitos de forma efetiva.

A transição para o século XX trouxe consigo novas dinâmicas e desafios. A crescente industrialização e urbanização das sociedades latino-americanas começaram a alterar o panorama social e político. Levine (2018) observa que movimentos operários e sindicais emergiram como forças significativas, desafiando a hegemonia das elites e exigindo maior participação e direitos. No entanto, essas lutas foram frequentemente reprimidas com violência, evidenciando a resistência das elites em ceder poder.

Os anos seguintes viram uma série de reformas políticas e sociais que buscavam, ao menos em teoria, integrar os grupos populares na esfera política. Skidmore (2010) ressalta que a expansão do sufrágio e as políticas de bem-estar social foram passos importantes nessa direção, embora muitas dessas reformas tenham sido implementadas de forma parcial e incompleta. O impacto dessas mudanças foi variado, com alguns países conseguindo avanços mais significativos que outros.

Em suma, a história da exclusão dos grupos populares das decisões políticas na América Latina é complexa e multifacetada. Desde a independência até o século XX, as elites buscaram manter seu domínio através de diversas estratégias de controle e repressão. A luta pela inclusão e pelos direitos dos grupos populares é um tema central na história do continente, refletindo as profundas tensões sociais, econômicas e culturais que caracterizam a região. A compreensão dessa dinâmica é essencial para analisar os desafios atuais e futuros da democracia e da justiça social na América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUIT, H.H. Apresentação geral das crônicas. Ideias, Campinas, n.11 (1), p.15-19, 2004.

BETHELL, L. The Cambridge History of Latin America\*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GRUZINSKI, S. A Colonização do Imaginário – Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, [1988] 2003.

LEVINE, R. M. The History of Brazil. 3. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2018.

RESTALL, M. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROZAT DUPEYRON, G. **América, imperio del Demonio: cuentos y recuentos**. México: Universidad Iberoamericana, Departamento de Historia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Indios imaginarios e indios reales en los relatos de la conquista de México**. México: Tava, 1993.

SANTOS, Fabio Muruci dos. A formação dos Estados Nacionais na América Latina. ANPHLAC. Disponível em: <[https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=414](https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=414)>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SKIDMORE, T. E. *\*Brazil: Five Centuries of Change\**. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2010.

Whitehead, Neil. **Lords of the Tiger Spirit: A History of the Caribs in Colonial Venezuela and Guyana 1498-1820**. ProvidenceÇ Foris Pubns USA, 1988.



GREATER

JAMAICA

Kingston

CARIBBEAN

BELIZE

Belmopan  
Puerto Trujillo  
Barrios

HONDURAS

Tegucigalpa  
Daca

NICARAGUA

Managua  
Bluefields  
Granada

COSTA RICA

San José

PANAMA

PANAMA CANAL

Colón  
Panamá

AMERICA PANAMA

Cocos (C. Rica)

ISBN 978-655376355-5



9

786553

763555